



SINAGA

SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A.



RELATÓRIO
E CONTAS
2018



Índice

Informação Geral	3	
Outros	4	
Relatório de Gestão	5	
Balanco Demonstração de Resultados e Notas Explicativas	14	<u>2</u>
Demonstrações Financeiras	15	
Anexos às Demonstrações Financeiras	20	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	62	
Certificação Legal das Contas		



Informação Geral



Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício eram os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Susana Margarida de Oliveira Viveiros Simões
Secretário: Diana Rosa Ávila Valadão
Secretário: Maria do Sameiro Miranda Amaral Mesquita Gabriel

Conselho de Administração

- Presidente: Paulo Manuel Leite Sousa Neves
Vogal: Rui Carlos Terra Maciel
Vogal: André Rodrigues Bonança

Conselho Fiscal

- Presidente: Duarte Giesta – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda., representada pelo Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Vogal: Fernando Roberto Arruda Azeredo Pontes
Vogal: Celestina Filomena Gonçalves Oliveira
ROC Suplente: Leopoldo Alves & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC nº 319)



Relatório de Gestão



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 66º do CSC e nos estatutos da empresa, e após conclusão do exercício económico de 2017, o Conselho de Administração que tomou posse no dia 01 de fevereiro de 2016 vem apresentar o relatório e contas da sociedade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Análise da Conjuntura

O ano de 2018, caracteriza-se no que à “commoditie” do Açúcar diz respeito, por uma grande volatilidade do preço do açúcar no mercado mundial, consequência da imprevisibilidade que o fim das quotas de produção em Outubro de 2017, veio trazer.

Na Europa, o final das quotas de produção de açúcar, provocou um aumento da produção para 29,5 milhões de toneladas, consubstanciando um incremento de 21%, relativamente à campanha de 2016/2017. De referir que anteriormente havia um acordo em que os Produtores Europeus não poderiam disputar o mercado internacional, situação que se alterou com o final das quotas e que potenciou o aumento da produção.

O Gráfico da figura 1, mostra a evolução do Preço de açúcar ao nível mundial, desde abril de 2017, salientando-se uma queda do preço de 30% em termos médios, resultante do fim das quotas de produção de açúcar em outubro de 2017.

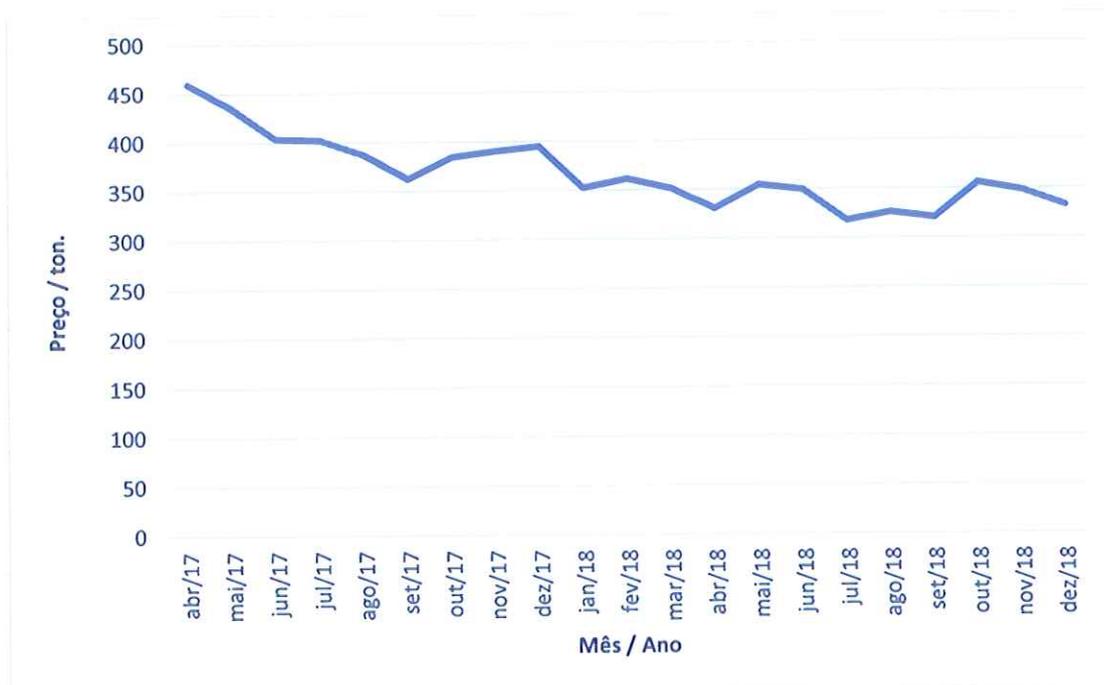


Fig. 1 – Evolução do preço do açúcar.



Esta situação, teve um impacto negativo na empresa, pois agora num regime exclusivamente de comercialização, tornou-nos mais vulneráveis às variações do preço no Mercado do Açúcar Internacional, exigindo uma atenção redobrada e resposta imediata às alterações das variáveis em questão, quer na compra quer na venda.

Em 2018, o acesso ao crédito, foi praticamente nulo sendo que com a baixa dos “spreads” praticados, a manutenção da Euribor em níveis negativos e a renegociação com a banca de alguns financiamentos, proporcionou a redução de custos de financiamento da empresa,

A nível regional, o contínuo fluxo turístico, tem como consequência um nível de vendas significativo do açúcar de valor acrescentado, mormente as saquetas de açúcar e Açúcar confeiteiro.

A evolução da gestão:

O ano de 2018, foi o primeiro ano sem produção de beterraba de sacarina, na ilha de São Miguel.

A consequência objetiva desta decisão, foi a desativação de alguns Serviços e Secções da Fábrica (Produção, Serviços Agrícolas e Serviços de Manutenção), com a consequente adaptação do quadro de pessoal da empresa, à nova realidade da mesma, através da cedência de pessoal a outras entidades da Administração Pública Regional, ficando a empresa com 30 colaboradores efetivos a prestar trabalho na Sinaga, ou seja, os suficientes para a operação de comercialização.

Desta forma, toda a empresa, quer em termos de espaço físico quer em termos de recursos humanos, teve de se adaptar à nova realidade, nomeadamente a um regime unicamente de “comercialização”.

A marca SINAGA continua a ser uma marca de referência nos consumidores açorianos e o contínuo fluxo turístico, é uma oportunidade a aproveitar, desde logo, pelo incremento realizado nas vendas de produtos de maior valor acrescentado.

Neste contexto, a capacidade de resposta aos estímulos do mercado é condição “SINE QUA NON”, para um bom desempenho, sendo certo que a negociação de contratos de fornecimento na Europa, terá necessariamente que obedecer a dois critérios, - Preço e Período, de modo a contornar a imprevisibilidade do mercado.



Relativamente à operação de venda do açúcar, esta teve um revês significativo no primeiro trimestre de 2018, pois houve um decréscimo das vendas na ordem dos 40%, comparativamente com período homólogo de 2017, por manifesta falta de liquidez da empresa.

A empresa recuperou até ao final do ano uma grande parte da perda de vendas no primeiro trimestre, mas não conseguindo recuperar a totalidade da perda.

Em termos de quantidade, vendeu-se em 2018, menos 4,82% do que em 2017, essencialmente pelas dificuldades já apresentadas no primeiro trimestre.

Em Valor, o decréscimo foi superior, na ordem dos 19,52%, o que mostra à evidência que o preço do açúcar baixou consideravelmente, na sequência do fim de quotas de produção em outro de 2017.

Não obstante, houve alguns pontos positivos e de destaque, nomeadamente o aumento de vendas de melaço, em mais 60 toneladas, à indústria das rações.

O álcool, como já evidenciado, teve um aumento de vendas na ordem dos 25%, com especial incidência na sua referência de 96º puro, que aumentou em 50%.

A preocupação da empresa com as novas tendências da sociedade, para o biológico, também gerou que começasse a comercializar açúcar biológico, nesta fase apenas para o sector industrial, perspetivando-se a curto prazo, novos produtos, para colmatar a falha de oferta em determinados nichos de mercado, nesta área do biológico nomeadamente para o sector retalhista e canal HORECA.

8

Comparativamente com o exercício de 2017, é notório a redução muita significativa dos Réditos da Empresa. Esta redução, resulta de não termos efetuado a operação de venda dos direitos de produção de açúcar, como fizemos em 2016 e 2017.

Esta operação, que tinha margem líquida de 500.000€ (quinhentos mil euros) e que propiciava, só por si, um rédito de 4.800.000€ (Quatro milhões e oitocentos mil euros), não foi possível de concretizar para 2018 por as quotas de produção terem acabado em outubro de 2017.



Abaixo apresentamos uma Demonstração de Resultados excluindo este negócio extra de forma a se poder melhor comparar a evolução de 2017 para 2018

Sinaga - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	2 135 523,60	2 758 614,76
Subsídios à exploração	18	1 825 054,94	1 264 755,97
Variação nos inventários da produção	9	(286 488,29)	(74 815,64)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1 449 503,67)	(2 514 046,11)
Fornecimentos e serviços externos	19	(386 973,77)	(495 277,65)
Gastos com o pessoal	20	(696 068,31)	(1 258 137,09)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	116 778,16	(132 159,30)
Aumentos/reduções de justo valor	24	(196,91)	190,86
Outros rendimentos	21	307 030,39	536 309,28
Outros gastos	22	(519 879,31)	(284 352,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		1 045 276,83	(198 917,42)

O Conselho de Administração promoveu a alienação de 48 referências dos Ativos Fixos Tangíveis da empresa, na sua maioria, equipamento anteriormente afeto aos Serviços Agrícolas da Sinaga SA. As vendas decorreram com normalidade, conseguindo-se efetivar por valores consentâneos com os previstos numa avaliação exterior.

9

Prossegue também o desmantelamento da tancagem existente, bem como outro tipo de equipamentos, afetos à produção, pois dado o seu avançado estado de deterioração, poderia ser um problema de segurança.

Uma outra vertente, que tem sido uma prioridade para este Conselho de Administração, é a alienação do património não afeto à atividade operacional. Nessa medida, em 2018, contratualizamos com duas imobiliárias a promoção e venda dos prédios denominados "Prédio das Capelas" e Prédio da Fábrica do Álcool".

Paralelamente desenvolvemos contactos no sentido de alienar outros dois ativos, o terreno rústico "Mato da Correa" e "Casa da Balança", sendo que de acordo com o plano previsto, se efetivarão uma, no 1º Semestre de 2019 e outra no 2º semestre de 2019.

Relativamente ao ativo principal da SINAGA – a "Fábrica do Açúcar" na Rua de Lisboa em Ponta Delgada, foi entregue PIP (Pedido de Informação Prévia) à Câmara Municipal de Ponta Delgada, para avaliar a capacidade construtiva do terreno, sendo que a resposta, já em 2019, foi no sentido de a Sinaga promover um "Estudo Geotécnico", que possa aferir com rigor, as passagens subterrâneas da "Gruta do Carvão" que passam pelo terreno da Singa, determinando assim com maior certeza, a direção a seguir do projeto imobiliário.



Conforme determinação do acionista da empresa, a alienação do património, tem como objetivo fazer face às responsabilidades com instituições financeiras, bem como proceder ao reequilíbrio das contas da empresa.

A situação do contencioso da empresa, agravou-se, por via do incumprimento dos planos prestacionais existentes com a Autoridade Tributária, que previam um pagamento mensal de 50.000€ (cinquenta mil euros).

Neste novo modelo de negócio, de pura comercialização, é importante a perceção, especialmente do acionista de que a liquidez da empresa terá que ser sólida, pois a capacidade de negociação e de adaptação será essencial nesta fase de transição, pois a impossibilidade de fornecimento normal aos nossos clientes resultará em perda de quota de mercado.

Nessa medida, o apoio do acionista foi fundamental para garantir um consistente fornecimento de produtos básicos na Região Autónoma dos Açores.

Conclusões e evolução previsível da sociedade:

A Sinaga, continua a evidenciar alguns sinais de recuperação, bem como de reequilíbrio das suas contas.

Depois de em 2017, ainda num contexto de produção e transformação de beterraba sacarina, ter conseguido um EBIT positivo, situação que não conseguia à mais de quinze anos, conseguiu agora em 2018, apresentar Resultados Líquidos positivos, o que indica um virar de página no que aos Resultados da empresa diz respeito.

A empresa, face a não ter havido a Laboração em 2018, atividade deficitária, pelos consumos e recursos que exige, ajustou em consonância as rubricas contabilísticas dos FSE, o que somente em “Conservação e Reparação”, “Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido” e “Eletricidade”, conseguiu reduzir 110.000€.

Nos Gastos de Pessoal, houve uma redução de 45%, sendo que para 2019, se perspetiva uma redução objetiva de 30%.

Para se continuar neste caminho de recuperação é importante concretizar a venda de alguns imóveis não afetos à atividade operacional da empresa.

Tal desiderato, permitirá a resolução do contencioso pendente com a AT e diminuirá o passivo da empresa.

O Conselho de Administração, tem em 2019 o objetivo de concretizar uma importação de melação em maior escala o que permitirá aumentar significativamente a margem de comercialização deste produto essencial para as Indústrias das Rações.

Nessa medida e não havendo falhas de abastecimento, de açúcar e álcool, a Sinaga poderá manter esta trajetória de recuperação de valor da empresa.



O contencioso em curso:

O contencioso pendente na empresa é na sua totalidade proveniente do passado e ascende a um montante global de 1.763.735 euros, conforme nota 25 do anexo às Demonstrações Financeiras.

De salientar que durante o exercício de 2018, decaíram os processos n.ºs 2992200801011758 e 2992200801021184, respeitantes à exportação de açúcar produzido de Ramas de beterraba e ao IVA do processo de álcool, respetivamente, os quais foram extintos por pagamento voluntário.

Os detentores do capital:

Pela Resolução do Conselho do Governo dos Açores n.º 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, entendeu o Governo Regional dos Açores, passar a deter diretamente os 100% da participação pública do capital social da Sinaga, ao invés de indiretamente, via Ilhas de Valor SA.

O Capital Social da Sinaga, tem o valor 5.623.320€, representado por 1.124.664 ações com o valor nominal de 5€, todas realizadas.

Nos termos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal não detinham ações da empresa à data do encerramento das contas, nem detiveram durante todo o exercício de 2018.

11

As políticas de gestão de riscos financeiros:

Durante o ano de 2018 as taxas de referência do Banco Central Europeu continuam a níveis historicamente baixos beneficiado assim a Sinaga uma vez que a empresa se encontra muito alavancada e qualquer variação nos indexantes têm repercussões significativas nos juros a pagar.

Durante o ano de 2017 foram renegociados alguns financiamentos de forma a prorrogar os seus períodos de carência de amortização de capital, bem como, de condições mais vantajosas das que estavam em vigor.

A Sinaga continua com um controlo rigoroso sobre os créditos concedidos aos clientes, bem como, os prazos de pagamento desses mesmos créditos de forma a minimizar o impacto negativo que possam ter na tesouraria da empresa.



Balanço Social

Em 31 de dezembro de 2018 o número de trabalhadores efetivos a prestar serviço na Sinaga é de 32 colaboradores, sendo que 2 colaboradores se encontravam de baixa médica à mais de um ano e outros dois colaboradores se encontravam de licença sem vencimento.

De referir que à data se encontravam cedidos a outras entidades da Administração Pública Regional, cerca de 36 colaboradores, nomeadamente:

- 3 Colaboradores à USISM;
- 1 Colaborador à DROP;
- 11 Colaboradores ao Matadouro de Ponta Delgada;
- 6 Colaboradores aos Serviços de Desenvolvimento Agrário;
- 3 Colaboradores ao Laboratório SERCLA;
- 1 Colaborador à Seg. Social;
- 7 Colaboradores aos Serviços Florestais;
- 1 Colaborador ao IAMA (Sede);
- 2 Colaboradores à SRAF;
- 1 Colaborador à Direção Regional das Obras Públicas;

12

Durante o ano de 2018, foram 2 colaboradores para a reforma por invalidez, e outros dois colaboradores foram despedidos por extinção do posto de trabalho.

De salientar pela negativa, em novembro, o falecimento do colaborador Carlos Azeredo, que consternou todo o pessoal da Fábrica do Açúcar e antiga Fábrica do Álcool.

A SINAGA, assegurou com regularidade e normalidade durante o ano de 2018 os gastos com benefícios pós-emprego num montante total de 8.618,96 €, referentes a complementos de reforma e doença, considerando já o recálculo dos complementos de reforma concedidos aos ex-funcionários de acordo com a cláusula 46ª do Acordo da Empresa, o que resultou numa diminuição substancial das responsabilidades da empresa.

Aplicação de resultados

No exercício de 2018, apurou-se um Lucro de 68.553,74 euros, que o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de Resultados, 5% (3.427,69 euros) para Reservas Legais e o remanescente (65.126,05 euros) para resultados transitados, assumindo, desse modo, a situação líquida da empresa um valor de 511.226,26 euros.



Agradecimentos

Ao encerrar o ano de 2018 e conseqüentemente o mandato deste Conselho de Administração, os membros deste Conselho de Administração aproveitam esta oportunidade para manifestar o seu agradecimento às entidades e personalidades cujo apoio nos dispensaram neste período de recuperação da empresa e que nos permitiu apresentar um Resultado Líquido positivo e acima de tudo dotar a empresa de condições para que esta situação aconteça nos anos subsequentes.

Ao nosso Acionista, por todo o apoio e empenho dispensado no acompanhamento da empresa.

Ao Conselho Fiscal, por toda a disponibilidade no acompanhamento que sempre concedeu a esta empresa.

Aos nossos Clientes e Fornecedores, por toda a compreensão e confiança que depositaram nesta gestão e por acreditarem na possibilidade desta empresa continuar o caminho da recuperação económica.

Aos Colaboradores e Trabalhadores, pelo esforço, dedicação e empenho incondicionais que dispensaram à empresa.

Ponta Delgada, 27 de fevereiro de 2019

13

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members.



BALANÇO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E NOTAS EXPLICATIVAS

A thick, dark red horizontal bar with a slight upward curve on the right side, positioned below the main title.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	23,048,112.53	20,368,078.90
Ativos intangíveis	8	168,000.00	192,000.00
Outros investimentos financeiros	24	1,408,865.70	1,409,342.83
		24,624,978.23	21,969,421.73
Ativo corrente:			
Inventários	9	1,446,567.86	1,639,034.72
Clientes	10	1,726,753.66	1,722,768.80
Estado e outros entes públicos	11	165,689.49	548,277.15
Capital subscrito e não realizado	6 e 13	-	2,870,320.00
Outros créditos a receber	10	304,292.27	321,504.25
Diferimentos	12	5,011.99	6,600.95
Caixa e depósitos bancários	4	63,135.98	83,972.68
		3,711,451.25	7,192,478.55
Total do Ativo		28,336,429.48	29,161,900.28
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	5,623,320.00	5,623,320.00
Outros instrumentos de capital próprio	13	-	-
Reservas legais	13	112,394.78	112,394.78
Outras reservas	13	698,720.93	698,720.93
Resultados transitados	13	(23,917,493.75)	(22,458,801.81)
Excedentes de revalorização	13	7,007,980.34	7,030,468.34
Outras variações no capital próprio	13	10,917,750.22	10,920,015.46
		442,672.52	1,926,117.70
Resultado líquido do período		68,553.74	(821,535.07)
Total do Capital Próprio		511,226.26	1,104,582.63
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Estado e outros entes públicos	11	2,942,499.32	3,115,672.07
Financiamentos obtidos	16	19,385,038.81	18,150,503.00
Passivos por impostos diferidos	14	30,744.00	32,256.00
		22,358,282.13	21,298,431.07
Passivo corrente:			
Fornecedores	15	1,944,385.03	2,667,433.44
Estado e outros entes públicos	11	910,216.83	821,206.50
Financiamentos obtidos	16	1,182,324.41	2,473,955.01
Outras dívidas a pagar	15	554,994.82	796,291.63
Diferimentos	13	875,000.00	-
		5,466,921.09	6,758,886.58
Total do Passivo		27,825,203.22	28,057,317.65
Total do Capital Próprio e do Passivo		28,336,429.48	29,161,900.28

Contabilista Certificado

Lúcia Maria Brasil Eves

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration]



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	2,135,523.60	7,366,084.76
Subsídios à exploração	18	1,825,054.94	1,264,755.97
Variação nos inventários da produção	9	(286,488.29)	(74,815.64)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1,449,503.67)	(6,651,366.11)
Fornecimentos e serviços externos	19	(386,973.77)	(495,277.65)
Gastos com o pessoal	20	(696,068.31)	(1,258,137.09)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	116,778.16	(132,159.30)
Aumentos/reduções de justo valor	24	(196.91)	190.86
Outros rendimentos	21	307,030.39	536,309.28
Outros gastos	22	(519,879.31)	(284,352.50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		1,045,276.83	271,232.58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(229,225.73)	(242,828.90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		816,051.10	28,403.68
Juros e rendimentos similares obtidos	23		
Juros e gastos similares suportados	23	(748,696.91)	(853,431.30)
Resultado antes de impostos (EBT)		67,354.19	(825,027.62)
Imposto sobre o rendimento do período	14	1,199.55	3,492.55
Resultado líquido do período		68,553.74	(821,535.07)

17

Contabilista Certificado

Luísa Maria Brasil Eneš

O Conselho de Administração

Luís Carlos Pereira
Luís Carlos Pereira
Luís Carlos Pereira



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2018 e 2017

Rubricas	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2017	13 2.753.000,00	2.034.131,67	112.394,78	698.720,93	(21.022,034,22)	10.961.468,67	7.050.436,34	1.864.224,85	723.893,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados					(1.864,224,85)			1.864,224,85	-
Alterações de políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					24,000,00		(24,000,00)		-
Realização do excedente de revalorização					(4,032,00)	8,370,36	4,032,00		8,370,36
Excedentes de revalorização					-407,489,26	(49,823,57)			-357,665,69
Ajustamentos por impostos diferidos						(41,453,21)			-366,036,05
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(1,436,787,59)		(19,968,00)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(821,535,07)	(821,535,07)
RESULTADO INTEGRAL								(821,535,07)	(455,499,02)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital	2.870,320,00	(2,034,131,67)							2.870,320,00
Outras operações	2.870,320,00	(2,034,131,67)							(2,034,131,67)
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2017	13 5.623,320,00	-	112,394,78	698,720,93	(22,458,801,81)	10,920,015,46	7,030,468,34	(821,535,07)	1,104,582,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados					(821,535,07)			821,535,07	-
Alterações de políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					24,000,00		(24,000,00)		-
Realização do excedente de revalorização					(1,512,00)	457,41	1,512,00		457,41
Excedentes de revalorização					(659,644,87)	(2,722,65)			(662,367,52)
Ajustamentos por impostos diferidos						(2,265,24)			(661,910,11)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(1,458,891,94)		(22,488,00)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								68,553,74	68,553,74
RESULTADO INTEGRAL								68,553,74	(593,356,37)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Aumentos de capital									-
Outras operações									-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2018	13 5.623,320,00	-	112,394,78	698,720,93	(23,917,493,75)	10,917,750,22	7,007,980,34	68,553,74	511,226,26

Luísa Maria Brasil Enes



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2,266,051.92	8,122,557.14
Pagamentos a fornecedores		(2,803,310.30)	(7,287,049.48)
Pagamentos ao pessoal		(484,591.10)	(888,514.41)
		<u>(1,021,849.48)</u>	<u>(53,006.75)</u>
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(13,273.50)
Outros recebimentos/pagamentos		1,959,214.72	946,686.17
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>937,365.24</u>	<u>880,405.92</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(42,476.52)	(2,417.43)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(854.40)	(467.06)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		87,906.20	37,967.82
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		1,134.62	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>45,709.90</u>	<u>35,083.33</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3,990,008.90	6,800,198.92
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4,025,440.23)	(6,904,345.54)
Juros e gastos similares		(946,817.05)	(813,349.70)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>(982,248.38)</u>	<u>(917,496.32)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>826.76</u>	<u>(2,007.07)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	62,309.22	64,316.29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>63,135.98</u>	<u>62,309.22</u>

19

Contabilista Certificado

Lucia Maria Brasil Ene

O Conselho de Administração



J. Soares

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20



Handwritten signature

Handwritten signature

01 – Introdução

SINAGA Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A., abreviadamente designada por SINAGA, com sede na Rua de Lisboa, nº 75, constituída a 28 de abril de 1968, tem como objeto a exploração das indústrias agrícolas, bem como as indústrias subsidiárias daquelas, podendo criar ou extinguir outras formas de representação social em qualquer ponto do território. CAE rev3: 10810 – produção de açúcar.

SINAGA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.

02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

21

03 – Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.



Handwritten signature

a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Handwritten signature

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

22

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



Handwritten signature

Handwritten signature

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SINAGA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 25
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	4 - 10

23

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos, incorridas pela empresa, são adicionadas aos respetivos ativos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente



Handwritten signature

Handwritten signature

reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

24

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

d) Ativos intangíveis

A empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se à marca “SINAGA”, que está mensurada ao justo valor determinado com base na avaliação de um perito independente realizada em 2013.

As marcas, até 2015, não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

No ano de 2016 e seguintes são amortizáveis à taxa de 10% ao ano.

25

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SINAGA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos intangíveis são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

Os ativos intangíveis mensurados ao justo são desreconhecidos na alienação ou quando não se espere benefícios económicos futuros.

As depreciações foram efetuadas sobre o valor de aquisição e revalorizações realizadas em anos anteriores.



Final

Facil
[Signature]

e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

26

f) Participações financeiras

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes, detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação e classificados como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.



Jones

Paul

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

g) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo estimado de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico). Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efetivo.

27

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

h) Ativos e passivos financeiros



Henel

Henel

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando se tornam parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de *'factoring sem recurso'*, são relevadas nas demonstrações financeiras até ao momento do seu recebimento.

28

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



James

Paul

Fornecedores

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

29

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de



J. Alves

resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

J. Alves
F. Pereira
M

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

30

i) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado até 2015. A partir de 2015 o capital social apresentado corresponde ao capital subscrito à data do relato financeiro.

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

j) Periodização de gastos e rendimentos



Handwritten signature

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Handwritten signature
Rafael

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

31

- o A SINAGA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- o A SINAGA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- o A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- o Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SINAGA; e
- o Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa



Handwritten signature

Handwritten signature

ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SINAGA;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

32

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

I) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subseqüentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



J. Enes

Paul

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a empresa cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato, sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

m) Benefícios dos empregados

33

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes



J. Nunes

Paulo

dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

34

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.



Éves

q) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

35

s) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.



J. Soares

Rafael

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A empresa faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A SINAGA avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. Faz-se uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

36

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados.



José

Rafael
[Signature]

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade dos inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

37

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



J. J. J. J.

Faustino
Brum
M

04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SINAGA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se como segue:

38

Caixa e seus Equivalentes

	2018	2017
Caixa	3,964.80	2,787.56
Depósitos bancários	59,171.18	81,185.12
	63,135.98	83,972.68
Descobertos bancários	0.00	-21,663.46
	<u>63,135.98</u>	<u>62,309.22</u>



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink, possibly 'Rafael'.

05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

Foram efetuados diversos reconhecimentos por contrapartida da conta Resultados Transitados, por as dividas se referirem a anos anteriores a 2018:

- Débito de Resultados Transitados por contrapartida de Dividas ao Estado no valor de 77.598,26 euros (processo 2992200801021184 referente a IVA de 2004 em divida);
- Débito de Resultados Transitados por contrapartida de Dividas ao Estado no valor de 549.115,11 euros (processo 2992200501010603) e 32.931,50 euros (processo 2992201801035290) referentes a contenciosos antigos com a Alfândega de Ponta Delgada.

39

06 – Partes relacionadas

Em dezembro de 2015, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Sinaga, S.A., seguida de um aumento de capital social para 1.853.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. passou a deter a totalidade do capital social, 370.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada uma.

Em dezembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de 900.000,00 euros, mediante a emissão de 180.000 novas ações com o valor nominal de 5,00 euros cada.

O capital em 2016 era de 2.753.000,00 euros, representado por 550.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada.



Handwritten signature

Handwritten signature

Em 2017, pela Resolução do Conselho do Governo nº 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, foi autorizada a transmissão não onerada da totalidade das 550.600 ações da Sinaga, detidas pelas Ilhas de Valor, SA, para a Região Autónoma dos Açores, ficando esta com 100% do capital.

Foi também deliberado um aumento de capital social em espécie, mediante a entrada do prédio urbano com artigo matricial 2179, localizado nas Capelas, e com o valor de avaliação de 2.870.320,00 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e vinte euros) propriedade do atual acionista Região Autónoma dos Açores, cuja a realização foi efetuada em março de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a SINAGA apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:

	2018	2017
Cientes		
Região Autónoma dos Açores	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	424,936.13	394,861.54
	<u>424,936.13</u>	<u>394,861.54</u>
Fornecedores		
Região Autónoma dos Açores	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	100.23	100.23
	<u>100.23</u>	<u>100.23</u>
Accionistas com subscrição		
Empresa mãe - Ilhas Valor SA	0.00	0.00
Região Autónoma dos Açores	0.00	2,870,320.00
	<u>0.00</u>	<u>2,870,320.00</u>
Empréstimos		
Região Autónoma dos Açores	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	1,400,000.00	1,400,000.00
	<u>1,400,000.00</u>	<u>1,400,000.00</u>

40



Jéms

João de Melo Abreu

Os empréstimos à empresa Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda vencem juros semestrais á taxa Euribor a 6 meses em vigor à data de início de cada período de contagem de juros acrescida de 7%, sendo ainda devido a título de encargos 0,4% sobre os juros calculados para o semestre. O reembolso do capital será em 21 prestações semestrais com início em 16 de junho de 2015.

Em 25 de setembro de 2017 foi efetuado um novo acordo para reestruturação dos valores em dívida, prevendo numa primeira fase o pagamento de 5.000,00 euros mensais para amortização dos valores vencidos e correntes. A partir de maio de 2018 a prestação mensal seria de 7.500,00 euros.

Este acordo não está a ser cumprido pela Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda..

07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

41



Jones

David

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo							
Em 1 Janeiro de 2017	16,880,610.17	5,521,835.79	7,221,855.09	405,750.64	124,101.69	118,124.72	30,272,278.10
Adições			425.00		1,992.43		2,417.43
Afivo fixo tangível							0.00
Alienações e abates			-29,958.03	-22,794.85			-52,752.88
Em 31 de Dezembro de 2017	16,880,610.17	5,521,835.79	7,192,322.06	382,955.79	126,094.12	118,124.72	30,221,942.65
Depreciações acumuladas							
Em 1 Janeiro de 2017	0.00	3,781,263.27	5,329,163.61	385,966.60	65,372.42	118,124.72	9,679,890.62
Adições	0.00	11,415.86	196,817.81	8,802.29	1,792.94		218,828.90
Alienações e abates			-22,060.92	-22,794.85			-44,855.77
Em 31 de Dezembro de 2017	0.00	3,792,679.13	5,503,920.50	371,974.04	67,165.36	118,124.72	9,853,863.75
Valor líquido em 2017	16,880,610.17	1,729,156.66	1,688,401.56	10,981.75	58,928.76	0.00	20,368,078.90
Custo							
Em 1 Janeiro de 2018	16,880,610.17	5,521,835.79	7,192,322.06	382,955.79	126,094.12	118,124.72	30,221,942.65
Adições	2,870,320.00		4,846.50	35,344.49	2,243.17	42.36	2,912,796.52
Afivo fixo tangível em curso			29,000.00				29,000.00
Alienações e abates			-69,045.87	-64,265.97	-21,105.84		-154,417.68
Em 31 de Dezembro de 2018	19,750,930.17	5,521,835.79	7,157,122.69	354,034.31	107,231.45	118,167.08	33,009,321.49
Depreciações acumuladas							
Em 1 Janeiro de 2018	0.00	3,792,679.13	5,503,920.50	371,974.04	67,165.36	118,124.72	9,853,863.75
Adições	0.00	11,415.86	186,395.16	5,194.55	2,213.10	7.06	205,225.73
Regularização depreciação		25,503.80	-139.54	9,468.79	-32.16		34,800.89
Alienações e abates			-47,341.76	-64,265.97	-21,073.68		-132,681.41
Em 31 de Dezembro de 2018	0.00	3,829,598.79	5,642,834.36	322,371.41	48,272.62	118,131.78	9,961,208.96
Valor líquido em 2018	19,750,930.17	1,692,237.00	1,514,288.33	31,662.90	58,958.83	35.30	23,048,112.53

As depreciações foram efetuadas sobre o valor de aquisição e revalorizações realizadas em anos anteriores.

A empresa efetuou em 2014 uma revalorização do terreno e edifício, tendo por base o estudo de avaliação do mês de abril desse ano, por perito avaliador de imóveis no que resultou um excedente de valorização de 4.456.688,82 euros.



Handwritten signatures in blue ink:
Javier
Paul
[Signature]

08 – Ativos intangíveis

Durante os anos de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	<u>Outros ativos intangíveis</u>
Custo	
Em 1 Janeiro de 2017	240,000.00
Adições	
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>240,000.00</u>
Depreciações acumuladas	
Em 1 Janeiro de 2017	24,000.00
Adições	24,000.00
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>48,000.00</u>
Valor liquido 2017	<u>192,000.00</u>
Custo	
Em 1 Janeiro de 2018	240,000.00
Adições	
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>240,000.00</u>
Depreciações acumuladas	
Em 1 Janeiro de 2018	48,000.00
Adições	24,000.00
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>72,000.00</u>
Valor liquido em 2018	<u>168,000.00</u>



J. Alves

2.º ano
[Signature]

Os ativos fixos intangíveis compreendem a marca “SINAGA”, que está mensurada ao justo valor de 240.000 euros, em referência a 31 de dezembro de 2014, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SINAGA.

Até ao ano 2015 as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. A partir de 2015 são amortizadas à taxa anual 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

9 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

	Em 31 de Dezembro de 2018				
	Mercadorias	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	74,873.09	603,017.36	225,573.99	867,729.58	1,771,194.02
Compras	1,351,873.59	128,003.31			1,479,876.90
Varição da produção			-211,745.92	-74,742.37	-286,488.29
Regularizações	3,015.09	-53,409.70	-2,735.80	0.45	-53,129.96
Custo da matérias consumidas	-1,315,425.14	-134,078.53			-1,449,503.67
Saldo final em 31 de Dezembro	114,336.63	543,532.44	11,092.27	792,987.66	1,461,949.00
Reversão imparidades			132,159.30	-15,381.14	116,778.16
Perdas por imparidade acumulada	-	-	-132,159.30	-	-132,159.30
Inventário final líquido	114,336.63	543,532.44	11,092.27	777,606.52	1,446,567.86



Handwritten signature

Handwritten signature

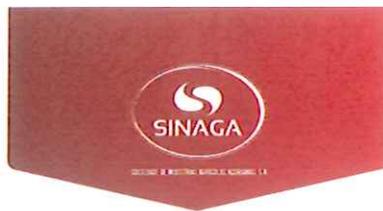
Em 31 de Dezembro de 2017

	Mercadorias	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	99 404,38	632 409,68	282 466,06	864 299,44	1 878 579,56
Compras	1 711 756,70	745 066,41			2 456 823,11
Varição da produção		-	-53 806,96	-21 008,68	-74 815,64
Regularizações	-1 372,72	4 672,11	-3 085,11	24 438,82	24 653,10
Açúcar produzido por terceiros		4 137 320,00			4 137 320,00
Custo da matérias consumidas	-1 734 915,27	-4 916 450,84	-	0,00	-6 651 366,11
Saldo final em 31 de Dezembro	74 873,09	603 017,36	225 573,99	867 729,58	1 771 194,02
Perdas por imparidade acumulada	-	-	-132 159,30	-	-132 159,30
Inventário final líquido	74 873,09	603 017,36	93 414,69	867 729,58	1 639 034,72

Em 2017 foram reconhecidas perdas por imparidades no açúcar de produção e em 2018 reverteu-se a imparidade.

10 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:



Handwritten signature

Handwritten signature

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
Cientes				
Cientes C/C	1,024,770.13	974,760.38	-	-
Cientes factoring	182,839.58	228,864.47		
Cientes de cobrança duvidosa	1,836,552.96	1,836,552.96		
	<u>3,044,162.67</u>	<u>3,040,177.81</u>	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-1,317,409.01	-1,317,409.01	-	-
	<u>1,726,753.66</u>	<u>1,722,768.80</u>	-	-
Outros créditos a receber				
Adiantamentos ao pessoal	450.00	1,400.00		
Adiantamento a fornecedores	20,586.77	0.00		
Fornecedores com saldo devedor	14,857.84	15,310.64	-	-
Acréscimo de rendimentos:				
Outros acréscimos de rendimentos	0.00	0.00	-	-
Outros devedores	268,397.66	304,793.61	-	-
	<u>304,292.27</u>	<u>321,504.25</u>	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	-	-
	<u>304,292.27</u>	<u>321,504.25</u>	-	-

Em clientes cobrança duvidosa estão valores que não foram registados em imparidades.

Na rubrica Outros devedores está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente com o objetivo de compartilhar nos trabalhos desenvolvidos pelos serviços agrícolas na campanha de beterraba de 2017, no valor de duzentos e sessenta e um mil euros.



J. F. F. F.
F. F. F. F.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica Perdas por imparidade teve o seguinte movimento:

	2018	2017
Cientes		
Saldo inicial	1,317,409.01	817,452.51
Aumentos	-	499,956.50
Utilizações	-	-
Saldo Final	<u>1,317,409.01</u>	<u>1,317,409.01</u>

11 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 resumem-se como se segue:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	25,319.42		25,319.42	
IRC – Retenções efetuadas	1,872.00	312.45	936.00	539.45
Retenção imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente		2,802.00	0.00	6,219.00
Rendimentos profissionais		0.00		996.72
Retenções de terceiros	138,498.07		108,289.73	
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / pagar		37,453.57	413,732.00	47,583.69
IVA - liquidações oficiosas				
Imposto sobre o alcool		44,515.98		42,115.74
Contribuições para Segurança Social				
Contribuição p/ Seg.Social - normal		171,772.08		47,949.58
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		1,698,791.29		1,747,718.64
FCT e FGCT		52.48		32.42
Dívidas ao estado - processos judiciais		1,897,016.30		2,043,723.33
	<u>165,689.49</u>	<u>3,852,716.15</u>	<u>548,277.15</u>	<u>3,936,878.57</u>

47



Handwritten signature

Handwritten signature

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos, estando anualmente limitada a 70% do lucro tributável.

Em 2018 o pagamento dos planos prestacionais da segurança social não foi cumprido, pelo que em 31 de dezembro de 2018 a SINAGA não tinha nenhum plano prestacional em vigor. Em fevereiro de 2019 foi aprovado pelo Instituto de Segurança Social nos Açores, um plano prestacional de 150 prestações, com pagamentos a efetuar até ao ano 2031. O plano prestacional têm como garantia a hipoteca do edifício da Sinaga, S.A.

48

Em 2016 houve o decaimento do processo nº 60/05.8BEPDL em contencioso com a Autoridade Tributária e Aduaneira desde 2005, no valor de 1.121.541,58 euros, sendo registado na contabilidade apenas o capital em dívida em 2016. Os juros não foram registados por estarem a ser reclamados em tribunal pela Sinaga. Esta situação foi regularizada em 2017 com o registo na contabilidade do valor de 1.038.108,47 euros referente aos juros do processo. O plano prestacional não está a ser cumprido.

Em 2017 decaiu o processo 200801011758, também um contencioso com os Serviços da Alfândega, no valor de 98.578,24 euros. Foi liquidado em 2018.



J. F. F. F.

F. F. F. F.

Em 2018 decaiu o processo 2992200501010603 em contencioso com a Autoridade Tributária e Aduaneira desde 2005, com o valor de 549.115,11 euros. O plano prestacional não está a ser cumprido.

A dívida às Finanças referente aos processos em contencioso é representada por:

	2018		2017	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Processo 200501008498	996,988.34	415,330.06	1,516,109.09	429,036.00
Processo 200801011758	0.00	0.00	0.00	98,578.24
Processo 200501010603	372,415.73	112,282.17	-	-
	<u>1,369,404.07</u>	<u>527,612.23</u>	<u>1,516,109.09</u>	<u>527,614.24</u>

12 – Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 compreende:

49

	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	5,011.99	6,600.95
	<u>5,011.99</u>	<u>6,600.95</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros	875,000.00	-
	<u>875,000.00</u>	<u>-</u>

13 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

Em 2015, o capital social da SINAGA, no montante de 1.853.000 euros, é representado por 370.600 ações com valor nominal de 5,00 euros, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Ilhas de Valor, S.A., que correspondem a 100% do capital social (370.600 ações).



Handwritten signature

Handwritten signature

Em dezembro de 2015, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Sinaga, S.A., seguida de um aumento de capital social para 1.853.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. passou a deter a totalidade do capital social.

Em 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de 900.000,00 euros, mediante a emissão de 180.000 novas ações com o valor nominal de 5,00 euros cada. O aumento de capital foi realizado pelo acionista Ilhas de Valor, SA em 30% por entradas em dinheiro, o remanescente 70% (630.000,00 euros) foi realizado pelo acionista em 2017.

O capital em 2016 é de 2.753.000,00 euros, representado por 550.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada.

Em dezembro de 2016 foi deliberado transferir para prestações acessórias os suprimentos efetuados pelo acionista Ilhas de Valor, SA, no montante de 2.034.131,67 euros.

50

Em 2017, pela Resolução do Conselho do Governo nº 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, foi autorizada a transmissão não onerada da totalidade das 550.600 ações da Sinaga, detidas pelas Ilhas de Valor, SA, para a Região Autónoma dos Açores, ficando esta com 100% do capital.

Foi também deliberado um aumento de capital social em espécie, mediante a entrada do prédio urbano com artigo matricial 2179, localizado nas Capelas, e com o valor de avaliação de 2.870.320,00 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e vinte euros) propriedade do atual acionista Região Autónoma dos Açores.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da avaliação do imobilizado corpóreo, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da empresa ou em



Handwritten signature

Handwritten signature

situações específicas na legislação. As variações ocorridas nesta rubrica estão relevadas no respetivo mapa das demonstrações financeiras.

Em 2014 foi feita uma reavaliação ao terreno e imóvel da Rua de Lisboa resultando uma variação no capital próprio no montante de 4.456.688,82 euros.

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Como indicado na Nota 8, em 2013 foi efetuada uma avaliação da marca "SINAGA" em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SINAGA, e que resultou numa variação positiva nos capitais próprios de 240.000,00 euros.

51

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), "resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem os administradores requerer prontamente a convocação" da assembleia geral "a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes."

14 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:



Handwritten signature

Handwritten signature

	Em 31 de Dezembro de 2018			
	Saldos inicial	Capitais próprios	Reversão	Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Impostos diferidos - marca	32,256.00	-	1,512.00	30,744.00
	<u>32,256.00</u>	<u>0.00</u>	<u>1,512.00</u>	<u>30,744.00</u>

	Em 31 de Dezembro de 2017			
	Saldos inicial	Capitais próprios	Reversão	Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Impostos diferidos - marca	36,288.00	-	4,032.00	32,256.00
	<u>36,288.00</u>	<u>0.00</u>	<u>4,032.00</u>	<u>32,256.00</u>

15 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

52

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores				
Fornecedores C/C	1,944,385.03	2,667,433.44	-	-
	<u>1,944,385.03</u>	<u>2,667,433.44</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras dividas a pagar				
Pessoal	700.29	603.58		
Clientes com saldo credor	0.00	0.36		
Adiantamento de clientes	1.69	34.50		
Remunerações a liquidar	91,142.92	136,669.48		
Juros a liquidar	168,356.36	366,476.50		
O. Credores por acréscimos	11,137.95	8,469.19		
Outros credores	283,655.61	284,038.02		
	<u>554,994.82</u>	<u>796,291.63</u>	<u>-</u>	<u>-</u>



Handwritten signature

Handwritten signature

16- Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	<u>19,385,038.81</u>	<u>18,150,503.00</u>
	<u>19,385,038.81</u>	<u>18,150,503.00</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	1,174,004.29	2,431,468.69
Descobertos Bancários	0.00	21,663.46
Locações Financeiras	<u>8,320.12</u>	<u>20,822.86</u>
	<u>1,182,324.41</u>	<u>2,473,955.01</u>
	<u>20,567,363.22</u>	<u>20,624,458.01</u>



João

Raquel
[Signature]

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os financiamentos discriminam-se assim:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BPG	-	54,000.00
BPG - 18071210002	-	1,650,000.00
Santander - 117503330843	6,941,000.00	6,941,000.00
CA - 48774	4,845,000.00	4,845,000.00
BPG	-	45,539.93
BIC	138,637.36	198,042.35
CEMAH	4,581,433.55	4,581,433.55
Novo Banco	1,869,117.00	1,869,117.00
BPG	1,750,000.00	-
Emp. Não corrente a abater em 2019	-740,149.10	-2,033,629.83
Empréstimos Passivo não Corrente	<u>19,385,038.81</u>	<u>18,150,503.00</u>
BCP - CCC	100,000.00	65,000.00
BCP - Factoring	105,030.97	-16,809.51
BCP - 2290708041	184,500.03	261,000.00
Novo Banco - livranças	44,324.19	88,648.37
Empréstimos Bancários de longo prazo	740,149.10	2,033,629.83
Empréstimos Passivo Corrente	<u>1,174,004.29</u>	<u>2,431,468.69</u>
BCP Leasing 400105049	-	7,199.19
BNP PARIBAS L.SOL. 11300114	8,320.12	13,623.67
Locações financeiras	<u>8,320.12</u>	<u>20,822.86</u>
Descoberto bancário	0.00	21,663.46
Descobertos bancários autorizados	<u>0.00</u>	<u>21,663.46</u>
Total financiamentos obtidos	<u>20,567,363.22</u>	<u>20,624,458.01</u>

17 – Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:



Jordi
Rafael

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas		
Mercadorias	1,841,002.73	1,988,512.98
Produtos acabados e intermédios	138,263.86	5,086,594.73
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	<u>152,722.90</u>	<u>214,255.62</u>
	<u>2,131,989.49</u>	<u>7,289,363.33</u>
Prestações Serviços	<u>3,534.11</u>	<u>76,721.43</u>
	<u>2,135,523.60</u>	<u>7,366,084.76</u>

Na rubrica de produtos acabados e intermédios está considerado em 2017 o valor de 4.607.470,00 euros referente ao contrato “travai à fação” com uma contrapartida pela rubrica de custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas no valor de 4.137.320,00 euros.

Este foi um contrato pontual, feito com a empresa AB Azucarera Iberia SLU para produção de açúcar, sendo também este açúcar vendido em Espanha à mesma empresa.

18 – Subsídios à exploração

55

A rubrica de Subsídios à exploração em 2018 e 2017 detalha-se como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios à exploração	<u>1,825,054.94</u>	<u>1,264,755.97</u>
Estado e outros entes publicos	1,825,054.94	1,264,755.97

19 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:



Facil

Facil
[Signature]

	2018	2017
Fornecimento e serviços:		
Subcontratos	2,433.14	20,955.25
Trabalhos especializados	36,761.88	35,039.83
Publicidade e propaganda	4,915.07	3,805.00
Vigilância e segurança	2,657.70	4,783.97
Honorários	18,176.31	17,302.74
Comissões	0.00	293.60
Conservação e reparação	15,467.41	66,821.16
Serviços bancários	146,603.00	93,830.13
Outros	31.80	459.54
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1,828.64	5,096.18
Livros e documentação técnica	45.00	0.00
Material escritório	2,578.98	2,618.64
Artigos para oferta	640.00	300.00
Electricidade	24,589.02	89,306.57
Combustíveis	1,000.03	604.90
Água	4,979.17	8,141.10
Deslocações e estadas	1,594.52	4,334.00
Transportes de mercadorias	76,236.66	65,087.99
Rendas e alugueres	6,250.91	25,944.26
Comunicação	10,969.46	12,823.72
Seguros	22,775.83	27,092.03
Contencioso e notariado	865.50	1,482.00
Despesas de representação	225.81	586.50
Limpeza, higiene e conforto	4,900.48	4,181.25
Outros fornecimentos e serviços	447.45	4,387.29
	<u>386,973.77</u>	<u>495,277.65</u>

20 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:



Handwritten signature

Handwritten signature

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	164,142.94	174,683.92
Remunerações do pessoal	377,141.21	832,931.74
Benefícios pós-emprego	8,618.96	8,624.96
Indemnizações	2,798.10	1,451.64
Encargos sobre Remunerações	128,975.57	219,663.10
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	12,892.54	18,065.33
Outros gastos com Pessoal	1,498.99	2,716.40
	<u>696,068.31</u>	<u>1,258,137.09</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SINAGA durante os exercícios de 2018 e 2017 foi de 31 e 77 em cada ano.

As remunerações ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal são:

	2018		2017	
	Administração	C. Fiscal	Administração	C. Fiscal
Remunerações	164,142.94	9,000.00	174,683.92	9,000.00

57

Não existem quaisquer benefícios de curto prazo, longo prazo, cessação de emprego ou pós-emprego, bem como pagamentos com base em ações.



Handwritten signature

Handwritten signature

21 – Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros rendimentos e ganhos resume-se como se segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	117,245.97	110,159.72
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,656.06	368.06
Ganhos em inventários	14,153.98	140,209.50
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	66,202.09	30,070.71
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	10,524.25	0.00
Imputação subsídios	2,722.65	49,823.57
Outros não especificados	93,525.39	205,677.72
	<u>307,030.39</u>	<u>536,309.28</u>

22 – Outros gastos e perdas

58

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros gastos e perdas resume-se como se segue:

	2018	2017
Impostos	271,555.86	90,050.86
Descontos de pronto pagamento concedidos	21,501.62	6,595.42
Dívidas incobráveis	9,511.33	0.00
Perdas em inventários	67,283.94	129,911.19
Gastos e perdas em investimentos	32.16	-
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	42,183.14	48,335.51
Quotizações	360.00	330.00
Insuficiência da estimativa para impostos	0.00	263.16
Multas e penalidades	25,051.99	5,935.67
Outros não especificados	82,399.27	2,930.69
	<u>519,879.31</u>	<u>284,352.50</u>



Jones
Rafael
[Signature]

Em 2018 na rubrica Outros não especificados estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social.

23 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Depósitos	-	-
Juros de Financiamentos a associadas	-	71,417.86
Outros rendimentos	-	13,694.87
	<u>0.00</u>	<u>85,112.73</u>
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	748,696.91	812,654.09
Encargos com descontos de títulos	-	695.61
Juros de mora e compensatórios	-	125,194.33
	<u>748,696.91</u>	<u>938,544.03</u>
Total geral	<u>748,696.91</u>	<u>853,431.30</u>

59

Em 2017 na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social.

24 - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P. Mendes' at the top and a large signature below it.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Investimentos financeiros		
Investimentos em subsidiárias	209,497.12	209,497.12
Empréstimos concedidos	1,400,000.00	1,400,000.00
Pensões de reforma de pessoal	7,037.22	7,234.13
Outros inv. Financeiros - FCT	1,828.48	2,108.70
	<u>1,618,362.82</u>	<u>1,618,839.95</u>
Imparidades acumuladas	<u>(209,497.12)</u>	<u>(209,497.12)</u>
	<u>1,408,865.70</u>	<u>1,409,342.83</u>

A SINAGA detém uma quota de 15% da Sociedade “Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda” no montante total de 209.497,12 euros e concedeu um empréstimo de 1.400.000,00 euros.

Em 2014, foi constituída uma imparidade no valor de 209.497,12 euros por força do capital próprio da Melo Abreu estar negativo em 2013.

Em 2016 foi reclassificado para a conta 415 outros investimentos financeiros o montante atual de 7.037,22 euros, por ser um fundo com maturidade superior a 1 ano, referente a duas garantias de pagamento de pensões, que estão na CGD.

25 – Responsabilidades contingentes

Valor global dos compromissos financeiros, que não figura no balanço e na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa.

Descrição do litígio	Valor	Estado Atual	Seguro	Estimativa final de responsabilidades
Contencioso Aduaneiro – Açúcar – Tribunal Tributário do Porto (Processo nº 449/04.0BEPRT)	1.243.660,69	Em recurso	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%



Acção Administrativa Especial com pedido de condenação do INGA a notificar à SINAGA a decisão de recuperação das ajudas comunitárias na parte referente à não elegibilidade do açúcar vendido pela SINAGA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada (Processo nº 158/05.2BEPDL)	59.864,14	A aguardar sentença	Não aplicável	Não aplicável
Recurso interposto para o Tribunal Central Administrativo Sul - Processo nº 88/08.6BEPDL, contra IFAP	119.436,00	A 21.12.2018 fomos notificados do acórdão que deu vencimento ao nosso recurso e devolve o processo ao TAFPD para novo julgamento. Ainda não transitou em julgado.	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%

Os valores acima totalizam um montante de 1.422.960,83 euros, que em caso de decaimento tem um acréscimo de custo para a empresa de mais 25%, conforme indicado no quadro acima, totalizando 1.763.735,00 euros.

À data de 31 dezembro de 2018 existe uma garantia não financeira prestada pelo Santander para efeitos de garantir o conteúdo do entreposto fiscal de álcool a favor das Alfândegas de Ponta Delgada, no montante de 50.000,00 euros.

61

Contabilista Certificado

Lúcia Maria Brasil Eves

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., relativos ao exercício de 2018.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2018, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão, as contas do exercício e a certificação legal das contas.
- 3- Do mesmo modo, nos termos do nº 2 do referido Artigo, o Conselho Fiscal declara a sua concordância com a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;

D. Silva
W. Sousa

b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2019

O CONSELHO FISCAL



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Presidente e ROC



Celestina Filomena Gonçalves Oliveira (Dra.) – Vogal



Fernando Roberto Arruda de Azeredo Pontes (Dr.) – Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 28.336.429 euros e um total de capital próprio de 511.226 euros, incluindo um resultado líquido de 68.554 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com Reservas”, parágrafos 1, 2, 3 e 4 e possíveis efeitos parágrafo 5, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com Reservas

1. Em 16 de Dezembro de 2013, foi celebrado um contrato de suprimentos entre a SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. e a FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES JOÃO DE MELO ABREU, LDA. no montante de 800.000,00 € (Oitocentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e o pagamento dos juros desde 16 de Junho de 2014.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Adicionalmente, em 18 de Fevereiro de 2014, foi celebrado novo contrato de suprimentos entre as mesmas empresas, no montante de 600.000,00 € (Seiscentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e a primeira prestação do pagamento dos juros em 16 de Junho de 2014. Assim, o total dos contratos de suprimentos totaliza o valor de 1.400.000,00 € (Um milhão e quatrocentos mil euros), não tendo sido verificado, até à presente data, qualquer reembolso dos mesmos, nem constituída qualquer imparidade, para além do não pagamento dos juros devidos totalizar 335.333 euros, em 31/12/2018.

2. Como indicado na nota n.º 25 do Anexo e no Relatório de Gestão, sobre a Sinaga foram instaurados vários processos judiciais, cuja resolução pelos tribunais está em curso, não tendo sido constituída qualquer provisão para fazer face a perdas estimadas no montante de 1.763.735 euros.
3. Face à análise das expetativas de cobrabilidade que realizámos as “Perdas por imparidade acumuladas – Em dívidas a receber” apresentam uma insuficiência de pelo menos 1.001.089 euros. Porém, a natureza das situações existentes não nos permite ajuizar com segurança e rigor o quantitativo das perdas por imparidade a efetuar.
4. A empresa não procedeu à contabilização dos passivos por Impostos Diferidos referentes a ativos fixos tangíveis – Edifícios revalorizados no montante de 258.771 euros.
5. Por falta de elementos adequados, designadamente de um estudo técnico atualizado de avaliação por peritos independentes, não nos é possível ajuizar sobre o valor atual dos ativos fixos tangíveis, nem concluir sobre a adequacidade do montante das amortizações do exercício e da necessidade, ou não, de efectuar uma amortização extraordinária.

Duarte

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras da empresa apresentam um capital próprio na situação descrita no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

No entanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura das suas operações.

Ênfase

1. Uma vez que a sociedade se encontra na situação prevista no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, devem os membros da administração dar cumprimento ao disposto no referido artigo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)



SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2018

SINAGA - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A.